

VITÃ“RIA DOS EX-TRABALHADORES DA ENU AO FIM DE UMA DÃ‰CADA DE LUTA

07-May-2010

Em MarÃ§o de 2001, | a pretexto da exiguidade do filÃ±o de urÃ¶nio e da baixa do preÃ§o no mercado, o governo decidiu a dissoluÃ§Ã£o e consequente liquidaÃ§Ã£o da ENU â€“ Empresa Nacional de UrÃ¶nio (que chegou a ter cerca de 800 trabalhadores nas 58 minas da regiÃ£o centro, nos distritos de Viseu, Guarda e Coimbra), o que veio a concretizar-se em 31.12.2004. A maioria destes trabalhadores esteve sujeita Ã exposiÃ§Ã£o Ã s radiaÃ§Ãµes do urÃ¶nio (conheci trabalhadores que pegavam no urÃ¶nio com as mÃ±os nuas) , mesmo apÃ³s recomendaÃ§Ãµes da EUROTOM (Comunidade Europeia da Energia AtÃ³mica) ignoradas pela administraÃ§Ã£o da ENU, o que resultou em cerca de uma centena de mortes, atÃ© hoje,Ã por neoplasias malignas, nomeadamente cancro do pulmÃ£o.

Em 2001, na sequÃªncia de uma resoluÃ§Ã£o aprovada por unanimidade na Assembleia da RepÃºblica, por proposta do Bloco de Esquerda e do PSD, o Governo prometeu que criaria um decreto-lei que fosse de encontro Ã reivindicaÃ§Ã£o dos 44 trabalhadores que ainda se encontravam a trabalhar na ENU, no sentido da equiparaÃ§Ã£o dos trabalhadores do exterior aos trabalhadores de fundo de mina (cerca de duas dezenas), de forma a poderem beneficiar da antecipaÃ§Ã£o da idade da reforma, prevista no decreto-lei 195/95.Ã Mas sÃ³ quatro anos depois, pelo Decreto-Lei 28/2005 de 10 de Fevereiro, Ã© que o governo alargou o regime especial de acesso Ã s pensÃµes de invalidez e velhice dos trabalhadores do interior das minas aos trabalhadores do exterior, mas restringindo a sua aplicÃ§Ã£o aos que estavam a trabalhar Ã data da dissoluÃ§Ã£o da ENU. Desde entÃ£o os ex-trabalhadores da ENU tÃ³m vindo a lutar pelo fim daquela discriminaÃ§Ã£o injusta, decretada pelo governo PSD/CDS.

O Bloco de Esquerda foi o primeiro partido a apresentar em 13.05.2005 um projecto-lei para estender a todos os que trabalharam na ENU o regime especial de acesso Ã s pensÃµes de invalidez e velhice, independentemente de estarem ou nÃ£o a trabalharem na mina Ã data da sua dissoluÃ§Ã£o, uma vez que todos foram expostos Ã radioactividade. Lamentavelmente, o PS usou a maioria absoluta para impedir o agendamento para discussÃ£o e votaÃ§Ã£o em PlenÃ¡rio nÃ£o sÃ³ dos projectos-lei que o BE apresentou durante quatro sessÃµes legislativas, mas tambÃ©m dos projectos-lei que entretanto outros partidos foram apresentando (PCP e PSD a partir da terceira sessÃ£o legislativa e o CDS e os Verdes a partir da quarta sessÃ£o legislativa) e sÃ³ com a perda da maioria absoluta do PS, foi possÃ³vel aprovar na Assembleia da RepÃºblica, em 19.03.2010, os cinco projectos-lei que deram origem, apÃ³s discussÃ£o na especialidade, Ã lei agora aprovada, em 29 de Abril, em votaÃ§Ã£o final global,Ã com a abstenÃ§Ã£o do PS.

O deputado JosÃ© Rui Cruz tentou justificar em artigo de opiniÃ£o no DiÃ¡rio de Viseu a abstenÃ§Ã£o do PS, mas, ao defender o indefensÃ¡vel, apenas acentuou a irresponsabilidade do seu partido. O PS ter-se-ia abolido por a oposiÃ§Ã£o nÃ£o ter concordado com a proposta de que fossem abrangidos pelo diploma apenas os trabalhadores que saÃ³ram da empresa depois de 1991, ano em que a empresa entrou em processo de reestruturaÃ§Ã£o, por nÃ£o ser justo estender um regime especial a todos os ex-trabalhadores da ENU que tenham saÃ³do da empresa por livre e espontÃ¢nea vontade. Acontece que nÃ£o foi por sua livre e espontÃ¢nea vontade que estes trabalhadores foram expostos Ã radioactividade, tendo muitos deles jÃ¡ adoecido e falecido,Ã nÃ£o, certamente, por sua livre e espontÃ¢nea vontade.Ã Mas, este deputado eleito por Viseu, ao criticar o PSD e o CDS por serem responsÃ¡veis pelo Decreto-Lei 28/2005, agora alterado, admite que nÃ£o final a tal legislaÃ§Ã£o que estes anos penalizou

os ex-mineiros Â© da responsabilidade do PSD e do agora Â«salvador da pÃ¡triaÂ» Almeida Henriquesâ•. Admite que os ex-trabalhadores da ENU foram penalizados, (aliÃjs, jÃi hÃi anos, o entÃ£o deputado Miguel Ginestal tinha admitido que o Estado tinha uma dívida para com estes trabalhadores), mas a verdade Â© que o PS teve muito tempo para elaborar um diploma que lhes fizesse justiÃ§a e nunca o fez. Pelo contrÃ¡rio, obstaculizou o agendamento de outros partidos e insultou os ex-mineiros, como aconteceu quando JosÃ© Junqueiro, enquanto presidente da FederaÃ§Ã£o Distrital de Viseu do PS, se recusou a receber das mÃ©dias dos ex-trabalhadores da ENU um documento reivindicativo, quando aqueles, em 10 de Novembro de 2007 se deslocaram a Viseu para uma vigÃlia junto ao Governo Civil, dizendo aos jornalistas que nÃ£o falava com â€œpessoas politicamente pouco sÃ©riasâ•. Na ocasiÃ£o salvou a honra do â€œconventoâ•, o presidente da concelhia de Viseu do PS, JoÃ£o Paulo Rebelo, que contrariando Junqueiro, recebeu os ex-mineiros.Â

Â Â Â O diploma final agora aprovado tambÃ©m contempla o acompanhamento mÃ©dico periÃ³dico e o tratamento gratuito a todos os trabalhadores, respectivos cÃºnjuges ou pessoas a viver em uniÃ£o de facto e aos seus descendentes, na versÃ£o apresentada pelo BE.

Â Â Â A vitÃ³ria dos ex-trabalhadores da ENU sÃ³ nÃ£o foi absoluta porque os partidos da direita recusaram as propostas do BE, do PCP e dos Verdes que previam indemnizaÃ§Ãµes aos trabalhadores que contraÃ³ram doenÃ§a profissional derivada da exposiÃ§Ã£o Ã radioactividade do urÃ¢nio, no exercÃcio da sua actividade nas minas. Mas, como jÃi afirmou AntÃ³nio Minhoto, porta-voz dos ex-trabalhadores da ENU, a cuja determinaÃ§Ã£o e firmezaÂ se deve a vitÃ³ria agora conseguida, A LUTA CONTINUA!

Carlos Vieira e Castro